



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0012380-50.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **TANIA MARIA PEREIRA**  
 Requerido: **DMC SAÚDE PLENA FISIOTERAPIA E LOGÍSTICA LTDA. ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos ocorrido no cruzamento da Rua Episcopal (por onde trafegava o veículo da autora) com a Rua Conde do Pinhal (por onde trafegava o veículo da ré).

É incontroverso que no local do evento existe um semáforo, atribuindo a autora à ré a responsabilidade pelo embate porque seu veículo (veículo da ré) ingressou no cruzamento quando o sinal para estava fechado para ele.

Em contraposição, sustenta a ré que na verdade o semáforo estava fechado para a autora, tendo a mesma adentrado no cruzamento desobedecendo à sinalização.

As partes não externaram interesse na produção de prova oral (fls. 65 e 75), de sorte que o único elemento de convicção amealhado consiste na mídia depositada pela ré.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Ela consiste em filmagens do cruzamento em pauta, sendo possível perceber que o veículo da ré vinha pela Rua Conde do Pinhal e atravessou o cruzamento com a Rua Episcopal quando o semáforo já havia passado da cor verde para a amarela.

Constata-se igualmente que nesse momento, quando semáforo permanecia na cor amarela, há a colisão com o automóvel da autora, proveniente da Rua Episcopal.

Tal dinâmica comprova que o veículo da ré não desrespeitou a sinalização quando do abalroamento porque o sinal ainda não estava vermelho para ele quando começou o cruzamento.

Solução diversa aplica-se à autora, tendo em vista que por óbvio o semáforo se encontrava fechado (na cor vermelha) quando ela iniciou o cruzamento.

A conclusão escora-se no fato de que somente depois que um semáforo passa do amarelo para o vermelho o outro sai do vermelho e vai para o verde diretamente (e mesmo assim após alguns segundos).

O quadro delineado aponta para a autora como causadora do acidente quando fez o cruzamento em desacordo com a sinalização que havia para ela.

É o que basta para a rejeição da pretensão vestibular e para o acolhimento do pedido contraposto.

Este, ademais, está lastreado em documentos que não foram impugnados em momento algum, representando os danos materiais suportados pela ré e o que ela deixou de auferir enquanto seu veículo era reparado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e **PROCEDENTE** o pedido contraposto para condenar a autora a pagar à ré a quantia de R\$ 5.237,72, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 19 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**